

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.140 - PR (2019/0296193-1)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : LUCAS PEDRO AMREIN E OUTRO
ADVOGADOS : EVERTON DE MEIRA - PR082974
LUCAS PEDRO AMREIN - PR096869
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : VALDECIR BATISTA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

VALDECIR BATISTA alega ser vítima de coação ilegal em decorrência de decisão proferida por Desembargador do **Tribunal de Justiça do Estado do Paraná**, que indeferiu a liminar do HC n. 0044717-18.2019.8.16.0000.

Consta dos autos que o paciente foi condenado a 4 meses e 25 dias de reclusão, em regime inicial semiaberto, pela prática dos crimes de lesão corporal e ameaça no âmbito doméstico. A sentença transitou em julgado e foi expedido mandado de prisão.

Ao argumento de que não há estabelecimento compatível com o regime intermediário e que o sentenciado seria preso no modo fechado, a defesa impetrou prévio *writ*, cujo pleito liminar foi indeferido.

No presente *mandamus*, os impetrantes reiteram os argumentos do anterior e asseveram que não há como comprovar, através de documentos, a iminência da prisão do paciente em regime mais gravoso, porquanto "é de conhecimento geral, que a carceragem da Delegacia de Polícia de Pato Branco/PR, não comporta o regime semiaberto" (fl. 7).

Destacam que "solicitaram para a administração da carceragem de Pato Branco, que fosse elaborado uma declaração informando a inexistência de regime semiaberto naquela unidade, entretanto, os diversos pedidos não foram atendidos" (fl. 9).

Requerem, liminarmente e no mérito, "a expedição de salvo conduto, preservando o direito fundamental da liberdade física do paciente", e, alternativamente, a concessão de "prisão domiciliar, com uso de monitoração eletrônica" (ambos à fl. 12).

Superior Tribunal de Justiça

Decido.

Primeiramente, saliento que, de acordo com o explicitado na Constituição Federal (art. 105, I, “c”), não compete a este Superior Tribunal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão denegatória de liminar, por desembargador, antes de prévio pronunciamento do órgão colegiado de segundo grau.

Em verdade, o remédio heroico, em que pese sua altivez e grandeza como garantia constitucional de proteção da liberdade humana, não deve servir de instrumento para que se afastem as regras de competência e se submetam à apreciação das mais altas Cortes do país, em poucos dias, decisões de primeiro grau às quais se atribui suposta ilegalidade, **salvo se evidenciada, sem necessidade de exame mais vertical**, a apontada violação ao direito de liberdade do paciente.

Somente em tal hipótese a jurisprudência, tanto do STJ quanto do STF, admite o excepcional afastamento do rigor da Súmula nº 691 do STF (aplicável ao STJ), expressa nos seguintes termos: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

Todavia, na hipótese, o Desembargador relator, ao analisar o pleito liminar lá deduzido, limitou-se a destacar, em suma, que "os documentos juntados no *mandamus* não permitem a conclusão de que o D. Magistrado singular tem por premissa a manutenção de condenados em regime fechado enquanto aguardam vaga no semiaberto, não havendo, assim, qualquer elemento apto a se presumir que isto necessariamente ocorra com o paciente" (fl. 33).

Dessa forma, percebe-se que a Corte de origem não adentrou o exame da questão na decisão liminar. Portanto, diante da não análise do pedido, **o seu exame pelo Superior Tribunal de Justiça incorreria em indevida supressão de instância, mormente na hipótese, em que a tese carece de apreciação pelo colegiado competente.**

À vista do exposto, nos termos do art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** este habeas corpus.

Publique-se e intinem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

